

40º Encontro Anual da ANPOCS  
24 a 28 de Outubro de 2016, Caxambu (MG)

SPG 12 - Encruzilhadas da Teoria Social Contemporânea

Sociabilidade, democracia e capitalismo: entre os limites e os potenciais  
contributivos do paradigma comunicativo às teorias sociais contemporâneas

André de Oliveira Gerônimo  
Doutorando em Ciências Sociais - UNESP/FCLAr

## **1. Introdução - limites e potenciais contributivos do paradigma comunicativo**

Referenciando o debate dos significados engendrados pelas reestruturações produtivas, pelas alegações do condicionamento pós-industrial, pós-moderno e pós-capitalista das sociedades, bem como pelas consequências da transnacionalização de mercados, tensões políticas, conflitos e modelos paradigmáticos de intervenção sobre a realidade social, este artigo tem por objetivo avaliar a simbiótica relação entre as democracias e a sociabilidade capitalista na atual conjuntura, localizando no paradigma habermasiano da ação e da razão comunicativa os limites e os potenciais por serem ainda explorados na reconstrução da compreensão materialista e dialética da história.

Recuperando a persistente pluralidade das iniciativas teóricas que debruçaram-se sobre as múltiplas questões que ocuparam o prismático desenvolvimento das Ciências Sociais ao longo da última metade do século XX, e cujas contribuições demonstraram-se renitentes à compreensão dos novos desafios e dos problemas que perduraram no cerne das teorias sociais contemporâneas, esta proposta fundamenta-se assim nas sínteses já realizadas em dissertação de mestrado e nos aprofundamentos em curso sob a forma de tese<sup>1</sup> acerca dos desdobramentos que os diagnósticos pautados sobre a insustentabilidade ecológica, o comprometimento da formação social e política dos indivíduos e a obstrução do desenvolvimento interdependente das sociedades regidas pelo modo de produção capitalista têm legado aos esforços de reflexão crítica sobre o tempo presente.

Observadas tais delimitações destacam-se as teses que, sobre o eixo de problematização já esboçado, postularam a constituição de um estado de superação das sistematizações sustentadas, até então, sobre o chamado paradigma produtivo. Estas teses, no entanto, ao mesmo tempo em que apontaram para alguns dos limites da centralidade do trabalho na análise da realidade histórica pelas teorias sociais, conjugaram também a dispersão dos elementos metodológicos pertinentes ao estudo do desenvolvimento das sociedades capitalistas pela crítica da economia política, suspendendo assim a validade explicativa das lutas de classes em meio ao desenvolvimento das forças produtivas e à manutenção das relações de produção.

---

<sup>1</sup> Dissertação realizada entre 2012 e 2014 no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo - PPGCS - UNIFESP/EFLCH, intitulada *A reconstrução habermasiana do materialismo histórico: a teoria comunicativa enquanto crítica da economia política*, sob a orientação do Prof. Dr. Henrique Amorim. Tese em atual estágio de desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - PPGCS - UNESP/FCLAr.

Contrapondo as aporias e as antinomias ocasionadas pela elevação das metanarrativas, dos discursos agonísticos, irracionalistas, finalistas e fatalistas, bem como de tantas outras formas especulativas ao estatuto científico, muitos foram os intentos que buscaram superar as insuficiências ou reconstruir as possibilidades analíticas ainda latentes na fundamentação epistemológica materialista e dialética da história. Nestes marcos, um dos aportes de maior fôlego que, não consistindo apenas de análises episódicas ou elaborações pontuais sobre compreensões parciais da realidade, pode dispor-se praxiologicamente e que, por isto, encontrou ampla reverberação, foi o projeto intelectual habermasiano constituído das teorias da ação e da razão comunicativa.

Intencionando recuperar a unidade entre a racional compreensão dos princípios de organização das sociedades sob o capitalismo tardio e as possibilidades de ação transformadora no interior de suas dinâmicas, Jürgen Habermas identificou nas interações linguísticas a existência de mediações simbólicas capazes de produzirem formas de entendimento consensualmente concebidas, repondo assim o potencial emancipatório outrora referenciado pelas lutas de classes. Representando a renovação dos horizontes de autonomia social frente às reificadas relações econômico-políticas, de contenção dos desastres ambientais advindos da intensa exploração de recursos naturais e de viabilização do desenvolvimento histórico das sociedades em níveis transnacionais, os procedimentos reconstrutivos de Habermas demonstraram-se, no entanto, contraditórios ao deslocarem as categorias críticas da economia política em favor de uma teoria da evolução social estruturada sobre a intersubjetividade genérica aos seres humanos.

Neutralizando o antagonismo classista alocado nas dimensões produtivas, a teoria comunicativa habermasiana sustentaria que a vida política pautada pela concepção procedimental de participação democrática já não seria determinada pelos processos imanentes à produção, reprodução e autovalorização do capital. Não havendo então uma disposição conflitiva de interesses disputados nas relações de produção que caracterizasse a divisão da sociedade em classes econômico-políticas, já não estariam as condições necessárias à emancipação humana objetivadas, concretamente dispostas na realidade social? Por qual outro motivo a transformação social seria ainda um horizonte a ser alcançado, uma orientação normativa de um projeto de organização das sociedades para além do capitalismo, e não um estatuto já emancipatoriamente concretizado? Quais seriam os entraves à constituição de uma democracia substancialmente fundamentada para além de seus aspectos formais em meio às economias de mercado e à sociabilidade capitalista?

Orientada à reestruturação das mediações responsáveis pela consubstanciação das dimensões políticas e culturais das sociedades capitalistas, ainda que propondo-se a reconstruir as bases para uma compreensão materialista apartada das relações de produção e de classes, a normatividade habermasiana apresentaria então um déficit na apreensão das condicionantes econômico-políticas inerentes à dimensão comunicativa da vida social.

Em contraposição às insuficiências explicativas do paradigma produtivo e pressupondo que as relações de produção já não mais disporiam antagonicamente, mas integrariam os interesses de classes pela dinamização do trabalho associado às técnicas, tecnologias e conhecimentos científicos enquanto forças produtivas, o paradigma comunicativo conceberia que o atual estágio de desenvolvimento do modo de produção capitalista teria promovido a competitividade interempresarial a um ponto tal que os indivíduos estariam condicionados a dar continuidade, em detrimento de suas reivindicações econômico-políticas enquanto movimentos organizados e coletivos de enfrentamento, à crescente alienação do trabalho e à vivência pautada pelo direito de apropriação privada de tudo aquilo que é socialmente produzido. Aceita esta perspectiva normativa, tal condicionamento apresentar-se-ia então de forma tão completa a ponto de bloquear qualquer alternativa à superação histórica do capitalismo? Se este condicionamento não fosse completo senão pela existência de uma escolha mínima, seria então a transformação social uma mera questão de consciência? Quais seriam, pois, os impasses à formação desta consciência capaz de transformar a realidade social?

Neste ponto é que a teoria comunicativa habermasiana sustentar-se-ia como alternativa à perspectiva classista das relações sociais organizadas sob o capitalismo, mas, neste ponto também é que este projeto encontraria suas próprias fronteiras enquanto proposta terapêutica à filosofia da práxis. Suspensas das relações de produção das necessidades inerentes à existência social dos seres humanos, sobre quais bases as condições de desenvolvimento dos aspectos comunicativos estariam situadas senão sobre idealizações e construções utópicas de uma realidade sempre incompleta, ainda por se realizar?

Procedendo metodologicamente à análise da relação entre trabalho e linguagem enquanto instâncias emancipatórias de interação social; das implicações reconstrutivas da análise materialista e dialética da histórica; e da retomada do projeto habermasiano de modernidade é que esta proposta de comunicação encontra seu sentido conclusivo, a saber, o da necessária exploração dos limites e potencialidades das teorias da ação e da razão comunicativa no desenvolvimento de diagnósticos críticos do tempo presente.

## **2. Os precedentes históricos e os fundamentos teóricos do modelo crítico habermasiano**

As teses desenvolvidas a partir do enunciado esgotamento das sociedades industriais na segunda metade do século XX demonstraram-se questionáveis ao afirmarem que a força produtiva do trabalho humano não mais seria, tanto na produção fabril quanto em sua forma elementar na produção de bens e riquezas sociais, o pilar fundamental de estruturação das sociedades capitalistas. Como alternativa, tais teses sustentaram por suas afirmativas que a já tradicional produção industrial teria sido superada por uma condição pós-material de organização produtiva, tendo então em sua dimensão pós-industrial - isto é, na produção de serviços, conhecimentos, informações e de outros bens imateriais, como o desenvolvimento cultural e, de modo mais particular à análise proposta, da razão e da ação comunicativa -, a centralidade estrutural de sua sociabilidade.

Por consequência destes diagnósticos, estas teses teriam retirado também do plano teórico em questão as categorias referentes à análise das sociedades industriais e de seus fenômenos estruturais, tais como a produção e reprodução do valor, o condicionamento econômico-político das relações produtivas e as tensões suscitadas pelas relações de classe. O intercâmbio de bens voltado à acumulação de capitais pela exploração da força de trabalho e de produção de excedentes, sua dinâmica engendrada na formação das individualidades e sua expressão objetivada nas tensões classistas assim teriam sido deslocados em favor de outras categorias analíticas que, por sua vez, identificariam que a organização social contemporânea estruturar-se-ia por outros elementos que não os presentes nos processos de produção das condições materiais de existência social da humanidade. Estas teses alegariam, portanto, que o trabalho humano enquanto força produtiva teria passado a ocupar um lugar secundário na organização das relações sociais, quando, de fato, as formas de objetivação do trabalho teriam apenas assumido uma nova morfologia, diversificando e complexificando sua caracterização na contemporaneidade pela multiplicação de seus significados e meios de realização.

Esta nova morfologia, no entanto e como analisam diversos críticos do legado histórico e teórico das reestruturações produtivas com base na flexibilização dos regimes de produção, acumulação e formas de vigência do valor, não descaracterizaria o trabalho como elemento fundante da sociabilidade capitalista na contemporaneidade, mas exigiria apenas uma nova compreensão de seu estado e dos sentidos que este assumiria na socialização dos indivíduos (ANTUNES, 2011, p. 117-125).

De qualquer modo, dispersos os elementos críticos da realidade material e concreta, a racionalidade humana estaria então condicionada pela pós-modernidade, sintetizada por um alegado abandono da superação das contradições sociais do capitalismo como projeto político de transformação social para voltar-se predominantemente às únicas possibilidades de desenvolvimento ainda restantes em convergência ao modo de produção capitalista sob as democracias liberais, um arranjo de sociedade assumido como o fim da história por ser a última etapa possível de um movimento de evolução humana ao longo das eras; isto é, como uma forma de organização social tão mais bem acabada e autônoma em seu poder de determinação das relações sociais a ponto de impossibilitar a concepção de sua superação histórica por outro modo de produção e por um outro fundamento de sociabilidade que porventura se demonstrasse mais apropriado às demandas sociais (FUKUYAMA, 1992, p. 11; LYOTARD, 2004, p. XV-XVII, 3-7).

Em paralelo ao oportunismo ideológico e capitulante do pensamento filosófico e social, bem como igualmente impulsionada pelas transformações históricas que tiveram lugar nas reestruturações produtivas pela superação dos modelos industriais taylorfordistas, acompanhou-se a renovação das teorias sociológicas tidas como já tradicionais no ambiente acadêmico, que, permeadas pelo estrutural-funcionalismo, encontravam indícios de esgotamento de suas potencialidades explicativas frente às profundas reconfigurações que o intervencionismo estatal impunha às relações de mercado, sobretudo nas nações onde as políticas econômicas liberais já não mais demonstravam-se suficientes na garantia de um plano de desenvolvimento social relativamente estável em face da crescente recessão das economias capitalistas em âmbito mundial.

Tal renovação teórica, além de expressar uma intensa preocupação analítica em torno dos fenômenos que ocuparam uma posição basilar na conjuntura histórica de meados da década de 1960 em meio às movimentações sociais e políticas manifestas em diversas partes da Europa e, de modo mais significativo, nos Estados Unidos - onde as lutas por direitos civis e o acirramento das desigualdades raciais somavam-se à impopularidade das políticas imperialistas que, dentre muitas investidas para a consolidação expansionista dos domínios territoriais, culturais e econômicos, insistia na continuidade dos conflitos armados do sudeste asiático (HOBSBAWM, 1995, 2005) -, referenciou também neste período um importante debate no interior das Ciências Sociais e sobre seu vínculo praxiológico enquanto forma de intervenção sobre questões de ordem pública.

No plano acadêmico, estas questões estavam inevitavelmente colocadas à nova geração de jovens cientistas sociais que, inquietos com as insuficiências apresentadas pelo funcionalismo teórico na explicação da dinâmica social de seu contexto - não mais justificada pelas sistêmicas teorias que concebiam a sociedade como um organismo autorregulado e em homeostase, sendo assim patologicamente diagnosticável e prescritivamente prognosticável -, questionavam também a legitimidade do conhecimento social produzido nos estritos e escolásticos moldes do catedratismo institucional das universidades. A análise da realidade social, dentro e fora da academia, tornava-se assim também uma preocupação mais prioritária entre diversos segmentos sociais na compreensão da realidade histórica com as quais estes defrontavam-se cotidianamente. Vetor resultante destes movimentos, o conhecimento sociológico ganhou a aderência de diferentes círculos culturais populares, com destaque às movimentações comumente identificadas pela onda contracultural desenvolvida em crítica aos descompassos das políticas estatais nas economias capitalistas europeias e norte-americanas e à colonização mercadológica de diversas instâncias mais imediatas na vivência social, tais como o apelo ao consumismo, a banalização midiática e a contínua mercantilização da estética artística e das produções culturais dentro de circuitos comerciais (GOULDNER, 1970, p. 13-14).

Antecipando as iminentes transformações acadêmicas resultantes da suspensão dos modelos paradigmáticos de produção de conhecimentos científicos pelas Ciências Humanas, autores como Alvin Gouldner anunciaram que a legitimidade hegemônica do funcionalismo teórico estaria por sofrer fortes abalos por seu distanciamento das demandas sociais. Foi partindo deste diagnóstico, e concluindo que as correntes funcionalistas não mais seriam suficientes para remediar o abismo entre as representações teóricas e as reivindicações emancipatórias em questão, que Gouldner renunciou a tendencial amalgamação das leituras da economia política clássica, de seu tratamento crítico pautado no materialismo histórico e do legado até então constituído sob a égide do marxismo cultural<sup>2</sup>, muito mais anticapitalista e antiburguês em um sentido antropológico e humanista-filosófico que propriamente crítico da economia política (GOULDNER, 1970, p. 15-16).

---

<sup>2</sup> Dentre outras possíveis caracterizações reducionistas, o marxismo cultural pode ser concebido como um dos esforços analíticos que, identificando a centralidade dos fenômenos sociais na dimensão superestrutural da sociedade - ou seja, na dimensão dos princípios religiosos, filosóficos, artísticos, ideológicos e jurídicos -, de forma bem próxima à teoria crítica e ao marxismo ocidental, abandona a crítica da economia política para pautar-se pelos princípios humanistas do materialismo histórico, algo como a continuidade da teoria política de Karl Marx em uma análise apartada de sua compreensão econômico-política das relações sociais.

Muitas das previsões aventadas por Gouldner vieram de fato a se realizar, ainda que de modo parcial e efêmero. Muitos dos debates fomentados pelas movimentações sociais em cena foram arrefecidos em consequência de questões mais imediatas, pautadas pela derrocada final das políticas estadunidenses de bem-estar social, pela crise monetária internacional engatilhada com o fim do acordo de Bretton Woods, pelas duas consecutivas crises do petróleo que interromperam o ciclo econômico dos anos dourados e, por fim, pelo crescente neoconservadorismo político responsável pela fundamentação do apoio social aos dois mandatos de Ronald Reagan e, posteriormente, de George H. W. Bush na presidência dos Estados Unidos (HOBSBAWM, 1995, p. 393-420; SALLUM JR., 2005, p. 19-20).

Uma das exceções deste esvaziamento de potenciais organizou-se, porém, pela configuração da hoje chamada Nova Esquerda<sup>3</sup>. Realizando a difusão de sua produção por meio de revistas de divulgação científica e centros institucionalizados de pesquisa, dentre os quais destaca-se o periódico *New Left Review*, fundado a partir de outros dois títulos ingleses - o *New Reasoner* e o *Universities and Left Review* -, seguiu-se também a consolidação de novo e alternativo referencial de análise histórica pelo fim da apatia crítica da intelectualidade acadêmica e cultural, recusando-se também a reproduzir tanto a tradição socialista soviética e seu marxismo vulgarizado quanto o pragmatismo instrumental e sua reducionista e fragmentada análise da historicidade social.

Assim, nos Estados Unidos e na Europa, especialmente na Inglaterra, na Alemanha e na França, a constituição de novos arcabouços teóricos contou também com uma importante contribuição até então timidamente situada nos debates institucionais: a teoria crítica, que desde meados de 1920 vinha sendo consolidada no Instituto para Pesquisa Social de Frankfurt e que, pelo advento das perseguições totalitárias do nazi-fascismo, havia migrado para solo norte-americano no início da década de 1930, apresentou-se como um sólido viés de renovação crítica da história, ainda mais quando considerada a força por si impressa à revitalização política da União Socialista Alemã de Estudantes por meio das influências de Max Horkheimer, Theodor W. Adorno e mesmo de Jürgen Habermas em oposição às crescentes tendências totalitaristas (GOULDNER, 1970, p. 15; HALL, 2010).

---

<sup>3</sup> A nomenclatura é polissêmica em sua própria historiografia. Passando por uma “Primeira” Nova Esquerda, organizada em 1956 a partir da supressão da Revolução Húngara e da invasão Britânica e Francesa ao Canal de Suez - fenômenos que representaram tanto o fracasso político do imperialismo ocidental quanto do stalinismo soviético -, a Nova Esquerda de 1968 poderia ser chamada de uma segunda, ou até mesmo de uma terceira geração, caso sua forma embrionária na *Nouvelle Gauche* francesa fosse também considerada.



Deste modo, consideradas as referidas exceções e ao contrário da previsão de Gouldner, não houve uma sólida constituição teórica pela síntese das principais correntes apontadas em questão, tal como a possível absorção das preocupações keynesianas pela teoria funcionalista parsoniana ou, ainda, a síntese de um corpo teórico mais ou menos unificado em sua identidade analítica, mas um número ainda maior de fragmentações entre as tradições mobilizadas pelas pesquisas sociais no ambiente acadêmico. Dados os encaminhamentos tomados por estes debates, e em detrimento da desqualificação do conhecimento disciplinar, tais fragmentações enveredaram-se pela experimentação do empirismo lógico remanescente das pesquisas funcionalistas e pelos esforços reconstrutivos das teorias sociais clássicas. Consequência destas renovações teóricas, muitos dos pesquisadores mais atentos às possibilidades presentes na relativização epistemológica da filosofia do conhecimento logo trataram de se apropriar, cada qual em sua área de especialização<sup>4</sup>, dos novos e aparentemente promissores paradigmas apresentados, ainda que sob a orientação de uma instrumental e típica racionalidade científica legada do funcionalismo teórico e da sociografia, esforços incapazes, portanto, de reconstruírem dialética e processualmente as determinações históricas de seus objetos de pesquisa e, assim, de sintetizarem a complexidade estabelecida entre seus temas de pesquisa e sua conjuntura relacional em um diagnóstico crítico e em um prognóstico comprometido com a transformação social (SALLUM JR., 2005, p. 21).

A simbiose entre o instrumentalismo teórico, o pragmatismo dos modelos analíticos emergentes e o horizonte epistemológico objetivado, antes de superar os impasses colocados à crise paradigmática das pesquisas sociais, produziu ainda mais aporias que suas insuficiências outrora contidas nas influências estruturais-funcionalistas. A aproximação de uma compreensão mais ampla das Ciências Sociais, tal como a almejada, ao invés de fazer convergir os esforços analíticos de modo que estes possibilitassem um maior diálogo entre diferentes perspectivas de pesquisa, acabou por reproduzir e ampliar, deste modo, as controvérsias interpretativas na produção dos conhecimentos sociais.

---

<sup>4</sup> Tais pesquisas foram realizadas de forma mais pontual e localizada sobre fenômenos como a violência, as drogas, a imigração, os meios de comunicação e ainda outros que, apesar de constituírem-se como elementos contidos em uma realidade social mais ampla, delimitavam-se por recortes específicos nos quais os objetivos primários visavam a concisa e utilitarista elaboração de políticas públicas de ajuste social. Provenientes de agências de interesse privado, muitos destes projetos foram também fomentados, ainda que em menor número, por instituições estatais e não governamentais, demonstrando assim a estrita relação desenvolvida entre a pesquisa científica, a instrumentalidade funcionalista e as tendências políticas que orientaram a institucionalização das Ciências Sociais no período (SALLUM JR., 2005: 21).

É claro que, sobre realidades sociais cingidas e diferenciadas por suas particularidades, é também lógico que sejam produzidas distintas considerações analíticas sobre suas sínteses históricas, sobre as relações contidas em suas delimitações conjunturais e suas demais especificidades; a antinomia inerente à produção destas considerações aflora, porém, quando os fundamentos epistêmicos e metodológicos destas apreensões ignoram a compreensão dos múltiplos elementos inter-relacionados em suas questões de pesquisa, resultando então em representações isoladas, capazes de explicarem apenas a si mesmas sem relação com os demais fenômenos da realidade social (SALLUM JR., 2005, p. 21-24).

Cabe argumentar mais detalhadamente que, se por um lado, a pesquisa social funcionalizou-se pelo empirismo lógico e pelo revisionismo instrumentalista de seus fundamentos epistemológicos, por outro, passou também por profundas ressignificações neste entretempo, contando com contribuições centrais do debate travado, neste mesmo período, pela filosofia do conhecimento como compreendida pelas Ciências Naturais. Enquanto os modelos paradigmáticos careciam de critérios de validação científica nas Ciências Humanas, a concepção destes mesmos critérios encontrava-se em processo de revolução no cerne da filosofia do conhecimento da Física e da Matemática. Estes campos disciplinares, superando as limitações lógicas<sup>5</sup> herdadas das idealizações metodológicas da racionalidade cartesiana, adequaram sua compreensão da realidade material de modo que seus fundamentos analíticos passassem então a compreender, de modo reflexivo, os limites da compreensão humana dos fenômenos naturais à produção científica de conhecimentos.

Foi seguindo esta mesma orientação epistemológica que as teorias sociais e críticas também reconstruíram, a partir dos fundamentos materialista-históricos sistematizados por Karl Marx, a compreensão de que toda forma de teoria, ação e práxis carregaria consigo a historicidade e as determinações de sua própria concepção em uma relação dialética; a compreensão de que o conhecimento da realidade social partiria não só da análise histórica, mas também de sua historiografia e das bases concretas sobre as quais este seria produzido (ADORNO, 1995, p. 202-229; KUHN, 1998, p. 145-146; PARKER, 2007, p. 147-165).

---

<sup>5</sup> A exemplo da matemática que, assim como tantos outros modos lógicos de sistematização das leis naturais, não seria fruto de mais do que a razão humana e, portanto, uma idealização tão possibilitada quanto limitada pela racionalidade do matemático que a idealiza sobre a materialidade: “[...] a verdade acerca de objetos matemáticos existe fora deles, no sujeito do conhecimento. Esses objetos, portanto, são, em sentido estrito, não-verdadeiros, entidades inessenciais externas” (MARCUSE *apud* IANNI, 1991, p. 206). Semelhante constatação já havia também sido feita, ainda no século XVIII, por Vico, que, ao rejeitar a tradição cartesiana, sustentou que a geometria aparentaria exibir a certeza absoluta em seus movimentos não porque estaria baseada na realidade natural, mas sim em convenções criadas pela imaginação (INGRAM, 1993, p. 20).

Estes esforços de superação da crise paradigmática do pensamento sociológico ocidental terminaram não só por reaproximar a teoria social de sua inerente filosofia do conhecimento, mas também por cristalizar, de forma paralela à reconstrução crítica de seus fundamentos epistêmicos e metodológicos, uma questão imanente à própria Sociologia, isto é, uma preocupação analítica que, antes de ser certificada pela racionalidade instrumental atribuída à lógica e ao desenvolvimento de fenômenos naturais, reconheceria que a pesquisa social seria, mesmo em sua forma científica, um esforço de caráter primariamente interpretativo, sujeito também às condições históricas de sua constituição e de seu dispêndio (IANNI, 1991, p. 204-211; GIDDENS; TURNER, 1999, p. 9-10).

Foi seguindo esta nova compreensão epistemológica que a Nova Esquerda passou então a constituir suas perspectivas de análise, tentando superar também as limitações que os tradicionais paradigmas imputavam à produção de diagnósticos sociais. Tal disposição, no entanto, não foi homogeneamente consolidada. Se, por um lado, este movimento teórico-social tinha como eixo comumente compartilhado a perspectiva crítica de suas próprias bases epistemológicas, por outro, derivava suas produções teóricas por análises não necessariamente convergentes, mas que não chegavam também a significar rupturas fundamentais à compreensão da realidade social pela concepção materialista da história. Importante ressaltar que a Nova Esquerda, enquanto generalização das atividades de um grupo intelectual, reunia em sua constituição importantes referenciais que, mesmo antes de sua institucionalização em periódicos, centros de pesquisa e outras organizações formais, já abordavam em suas reflexões eixos temáticos imprescindíveis à superação da outrora clássica tradição do pensamento marxista - geograficamente concentrado na Europa Central e Oriental entre os anos 1893-1943 -, na demarcação do marxismo ocidental, perspectiva analítica nuclearmente centrada na realidade social da Europa Ocidental e dos Estados Unidos dos anos 1960-70 (ANDERSON, 2004, p. 46).

A superação da tradição clássica do pensamento marxista por sua vertente ocidental seguiu, *pari passu*, o desenvolvimento das economias capitalistas e as necessárias transformações teóricas no interior do materialismo histórico para a apreensão e a compreensão da historicidade conjuntural sobre a qual se debruçava, bem como as consequentes dinâmicas dos cenários sociais, políticos, econômicos e culturais daí advindas que colocaram à prova a força dos movimentos revolucionários, das organizações operárias e dos partidos socialistas e comunistas por todo o globo.

Deste modo, em contraste com a práxis da tradição clássica que não concebia uma produção intelectual apartada de sua realidade histórica, o marxismo ocidental constituiu-se, à exceção de expoentes como György Lukács, Karl Korsch e Antonio Gramsci, pelo estrutural divórcio entre suas produções teóricas e suas práticas políticas, não conjugando e nem engendrando, portanto, uma práxis ancorada em seus diagnósticos sobre a luta de classes, o desenvolvimento das forças produtivas e as relações capitalistas de produção.

Perfazendo este mesmo contexto, a difusão dos esforços teóricos identificados sob o marxismo ocidental correspondeu, curiosamente, à sorte histórica de seus remanescentes referenciais praxiológicos. Korsch, expulso do Partido Comunista Alemão em meados dos anos 1920 por suas críticas ao modelo soviético, ainda que dedicando-se às atividades teóricas por meio da revista *Kommunistische Politik* e de grupos intelectuais independentes, acabou por encontrar seu isolamento por volta de 1930, quando de seu exílio após a vitória do nazismo em solo alemão. Gramsci, preso na Itália sob a ordem de Benito Mussolini em 1926, dedicou-se de modo intenso às correspondências com o Partido Comunista Italiano e seus militantes, bem como ao estudo analítico de diversos eixos temáticos hoje compilados em seus *Cadernos do Cárcere*. Suas críticas às diretrizes adotadas pelo PCI, sobretudo as encarnadas nas ações de Palmiro Togliatti, renderam-lhe um isolamento ainda maior que o causado pelo encarceramento, culminando no esvaziamento de seus esforços de intervenção quando, por fim, sucumbiu às condições precárias de seu aprisionamento que, em 1937, foram motivo de sua morte. Lukács, após redigir as teses do Partido Comunista Húngaro em 1928 - que questionavam diretamente as perspectivas oficialmente adotadas pelo Sexto Congresso da Komintern sob a organização da Terceira Internacional -, teve de redimir-se publicamente e renunciar de suas funções organizacionais para evitar conflitos de maiores proporções, como sua expulsão partidária, perdendo assim sua capacidade de intervenção direta e restringindo-se às atividades da crítica literária e filosófica. Lukács, do mesmo modo que Korsch, teve de exilar-se em face das perseguições nazistas, terminando por refugiar-se na União Soviética.

Em síntese, tanto o nazismo como o autoritarismo stalinista, ora pela repressão, perseguição e aniquilação, ora pelo isolamento e dispersão dos contributos do materialismo histórico, dispuseram-se como os grandes responsáveis pela fragmentação da práxis teórica e militante presente no pensamento marxista que até então desenvolvia-se no ocidente capitalista e que impulsionava, por seu poder de intervenção pública e por sua ramificação acadêmica, a renovação crítica das teorias sociais (ANDERSON, 2004, p. 51-52).

Um dos mais originais e profícuos sopros deste contexto, o Instituto para Pesquisa Social de Frankfurt, fundado em 1923 por Félix Weil e dirigido em seus anos iniciais por Karl Grünberg, ainda que simbolizando o sepultamento final da práxis política do pensamento marxista no contexto, referenciou a derradeira institucionalização do pensamento crítico no âmbito universitário e sob a hegemonia capitalista. O Instituto, mesmo limitado por um posicionamento político distanciado dos ideais revolucionários e mais próximo ao reformismo social democrata alemão, pautava-se, não obstante, pelo estudo de questões já familiares ao movimento operário, publicando também, por meio de seu periódico *Arquivos da história do socialismo e do movimento operário* e por influência de Friederich Pollock<sup>6</sup>, textos de Henryk Grossman e David Riazanov, simbolizando a síntese de um pensamento que, ao mesmo tempo em que direcionava-se à análise de questões sociais mais imediatas, filiando-se assim à constituição do marxismo ocidental, não deixava de identificar-se como tributário do marxismo praxiológico em sua forma clássica ao resguardar os debates teóricos que destoavam das vulgarizações stalinistas.

Demarcando uma possível regressão do papel político desempenhado pelo pensamento marxista, o Instituto para Pesquisa Social de Frankfurt referenciou, no entanto, a representação máxima das limitadas condições de transformação social de seu contexto. Mesmo tendo procedido de modo aparentemente acertado no diagnóstico social das lutas de classes na Rússia e, pouco tempo depois, na China e em outros países do leste europeu, a teoria político-revolucionária derivada do pensamento marxista não sustentava-se com a mesma eficácia sobre outras conjunturas, visto que a força dos partidos e das organizações camponesas e operárias apresentava-se de modo muito mais retraído em face da expansão capitalista após o fim da Primeira Guerra. Neste interregno, havia ainda o esvaziamento das correntes teóricas e ideológicas que identificavam no socialismo a solução dos problemas sociais causados pelo capitalismo: tendo a proposta socialista encaminhado-se pelas mazelas do autoritarismo stalinista, o descrédito incorrido pelas análises econômico-políticas e pelas teorias político-revolucionárias identificadas pelo legado do pensamento marxista teria ainda reverberado no esfacelamento do pensamento crítico, reforçando o oportunismo encontrado pelas teorias estrutural-funcionalistas e pragmatistas na defesa de paradigmas racionalmente instrumentalizados (ANDERSON, 2004, p. 121-123).

---

<sup>6</sup> Responsável pelas relações com o Instituto Marx-Engels de Moscou, Pollock mantinha contato com as interpretações soviéticas da oposição interna bolchevista, desempenhando um importante papel na difusão das teorias orientais opositoras da redução do pensamento marxista à codificação stalinista do *diamat*.

Neste passo, orientado pela análise de seu contexto histórico, o Instituto não possuía outra alternativa senão a adotada no início da década de 1930 pela direção de Horkheimer, que, ao discursar no ato de sua posse administrativa, redefiniu prontamente a pauta de pesquisas institucionais por um claro distanciamento da tradição materialista histórica. Como resultado deste distanciamento, as pesquisas do Instituto voltar-se-iam de modo mais proeminente às pesquisas filosóficas, sustentadas sobre o empirismo científico e delimitadas pela realidade social mais imediata da Alemanha. Por consequência desta reorientação analítica, o Instituto terminaria também por suprimir a publicação de seu periódico ligado às causas operárias para dar lugar à *Zeitschrift für Sozialforschung - Revista de Pesquisa Social* -, editada com vistas a tratar das faces assumidas pelo capitalismo moderno na Europa. Seguindo ainda estas dinâmicas de transição, Horkheimer terminaria também por integrar à composição do Instituto - que até então contava em sua maioria com membros militantes de diversos partidos proletários da Alemanha, em especial o Partido Comunista Alemão -, Herbert Marcuse, Erich Fromm, Walter Benjamin e Theodor W. Adorno como coordenadores de pesquisa (DUPEYRIX, 2012, p. 25-27).

Tangenciando a práxis política do Instituto, Horkheimer, Fromm e Adorno - diferentemente de Marcuse e Benjamin, e ao contrário de Grünberg e Pollock -, tinham pouca ou quase nenhuma ligação com as atividades políticas operárias e, apesar de fomentarem uma postura crítica em sua filosofia social, mantinham-se igualmente céticos às aproximações teóricas tanto dos partidos comunistas quanto das alas socialdemocratas. Assim, através de um definitivo distanciamento da perspectiva analítica da luta de classes, em semelhante desconfiança à intervenção política institucional, as pesquisas do Instituto acabaram entregues ao abandono da práxis quando, ainda em 1933, em precaução à crescente hegemonia das doutrinas totalitárias na Alemanha, Horkheimer optou por transferir a sede, os fundos de financiamento e muitos dos signatários do Instituto para Pesquisa Social de Frankfurt primeiramente para a Holanda e, em um momento posterior, para a Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, onde mantiveram-se até o início da década de 1950 antes de retornar ao solo alemão (ANDERSON, 2004, p. 52-54).

Mesmo com o regresso a uma Frankfurt imersa em um cenário despolidizado pelo reacionarismo político e cultural da Alemanha Ocidental, que no pós-guerra banuiu o Partido Comunista Alemão da legalidade e retirou do Partido Social Democrata suas principais influências marxistas e frentes de intervenção pública, o Instituto não demonstrou capacidades em recuperar-se dos abalos a sua já fragilizada perspectiva crítica.

Aprofundada pelo esquecimento quase completo das teses defendidas por Pollock e por Grossman e pelo desinteresse analítico das questões operárias, a herança histórica e crítica do Instituto manteve-se minimamente viva por meio de uma seleta produção teórica de Adorno e de Marcuse, contribuições decisivas à formação da seguinte geração de pesquisadores filiados à teoria crítica pela qual Habermas também passaria.

Neste contexto, para além de algumas produções específicas de Adorno dispersas ao longo de sua bibliografia após os anos 1950, foi Marcuse quem sintetizou de forma mais objetiva as rupturas simbolizadas pela trajetória do Instituto para Pesquisa Social em relação ao pensamento marxista clássico e ao advento do marxismo ocidental. Tendo permanecido nos Estados Unidos, fator de tensão em seu envolvimento político e cultural, Marcuse manteve-se como ferrenho defensor de uma tradição da práxis revolucionária, ainda que tenha capitulado à teorização de uma realidade social desprovida de forças combativas. Sumarizando o vácuo deixado pela ausência do vínculo entre o pensamento marxista e as práticas políticas revolucionárias, as análises marcusianas do período foram as que mais precisamente sintetizaram os movimentos de integração da estrutura classista do operariado e de seu potencial revolucionário à lógica de desenvolvimento capitalista nos países da América do Norte e da Europa Central (ANDERSON, 2004, p. 55).

O diagnóstico social de Marcuse publicado em *A ideologia da sociedade industrial - o homem unidimensional* simbolizou também o estado em que grande parte da teoria social e crítica tenderia a permanecer e em que, de fato, permaneceu por conta de seu distanciamento das análises praxiológicas das sociedades capitalistas. Concluindo que as relações sociais sustentadas pelos discursos do racionalismo técnico-científico, do progressismo e do desenvolvimentismo econômico não carregariam consigo nenhum potencial de reestabelecimento da ligação entre as demandas populares e a transformação social pelo acirramento dos interesses antagônicos de classe, Marcuse pontou que a sociabilidade capitalista em seu estágio tardio, não encontrando frentes de oposição, tenderia a autonomizar-se do controle social e dos projetos ideológicos de sociedade em disputa. Livre da luta de classes, a lógica capitalista não mais teria entraves à hegemonização de seu poder de dominação social e princípio de sociabilidade, incorporando a estrutura de classes em favor da superação de suas próprias contradições econômico-políticas e sustentando assim sua coesão sistêmica pela estratificação das classes em grupos com interesses coletivos cada vez mais fragmentados, dispersos e desarticulados em termos emancipatórios (MARCUSE, 1973, p. 227-234).

Tangenciando a trajetória de Habermas, o exílio do Instituto em solo estadunidense, além de representar o isolamento da teoria crítica do território alemão, limitando as possibilidades de seu contato com as correntes filosóficas que viriam a constituir os primeiros passos na elaboração de seu plano teórico, representou também a erradicação do pensamento materialista histórico na Alemanha. Intocadas as condições de reprodução da escolástica moderna, as universidades germânicas, mesmo após a queda do regime nazista, em 1945, continuavam a reproduzir o pensamento autoritário presente nas mais diversas instâncias da sociedade alemã, salvo o ainda rarefeito contato que vinha sendo reestabelecido entre algumas instituições acadêmicas, grupos de pesquisa e correntes de influência marxista. Nesta confluência histórica, Habermas, mesmo sendo considerado um dos principais estudiosos e expoentes teóricos da segunda geração da teoria crítica frankfurtiana, aproximou-se do Instituto somente algum tempo depois de completar seus estudos universitários em Göttingen, Zürich e Bonn, experienciando uma vivência acadêmica inserida na tradição do catedratismo filosófico até então vigente.

Contando com uma clássica formação nos modelos da filosofia alemã, abrangendo desde o racionalismo de Immanuel Kant, passando pelos escritos de Georg W. F. Hegel, pela fenomenologia de Edmund Husserl à hermenêutica ontológica de Martin Heidegger, Habermas conclui sua tese de doutoramento em Filosofia tratando da dualidade do absoluto e da história no pensamento de Schelling. Neste mesmo período, em paralelo a seus estudos sob a influência do idealismo alemão, pela interlocução e amizade de Karl-Otto Apel, é que depara-se com as primeiras antinomias históricas da filosofia da razão.

Foi apenas entre 1953 e 1954 - pouco mais de dois anos após a reinauguração do Instituto em território alemão - que Habermas, em leitura da *Dialética do esclarecimento*, entrou em maior contato com a produção da teoria crítica. Prosseguindo seus estudos com a leitura de *História e consciência de classe*, de Lukács e, posteriormente, *De Hegel a Nietzsche*, de Karl Löwith, Habermas aprofunda seu contato com a obra de Marx e Engels, dedicando-se então ao resgate das discussões pautadas pela herança filosófica dos jovens hegelianos. Pela influência expressiva destas leituras é que Habermas publica, logo ao final de 1954, uma exaustiva análise da razão sob a perspectiva de apreensão da teoria crítica com o título *Die Dialektik der Rationalisierung - Dialética da racionalização* -, que chama a atenção de Adorno e abre espaço para o vínculo que viria a se concretizar entre 1955 e 1956, quando Habermas torna-se seu assistente e também um dos pesquisadores subscritos ao Instituto para Pesquisa Social de Frankfurt (DUPEYRIX, 2012, p. 24).



Retomando a análise da reconstrução habermasiana do materialismo histórico e das bases de sua teoria comunicativa, estes precedentes históricos concluem-se com uma síntese do estatuto teórico confrontado por Habermas em seu percurso intelectual. Deparando-se com um cenário órfão de referenciais que, em sua leitura, demonstravam-se sequer capazes de abordar os problemas apresentados em sua contemporaneidade e de diagnosticar, por meio da análise social, as contradições apresentadas pela configuração das sociedades organizadas sob a lógica capitalista de desenvolvimento - em estágio de intensa transição das práticas industriais para as neocoloniais e econômica, política e culturalmente neoimperialistas -, Habermas toma como projeto teórico traçar as bases de uma possível reconciliação do pensamento crítico com a análise materialista histórica, realinhando deste modo a teoria e a práxis no cerne das teorias sociais e críticas.

Sumarizados o contexto, bem como os debates e influências das quais é tributária, a sustentação do paradigma comunicativo sobre a reconstrução habermasiana do materialismo histórico deixa ainda muitas questões sobre sua alegada superação dos limites do pensamento marxista à produção de um diagnóstico do tempo presente, sobretudo ao suscitar a possível convergência harmônica dos regimes democráticos com a manutenção do modo de produção e de organização social capitalista na contemporaneidade.

### **3. Para a reconstrução da compreensão materialista histórica do tempo presente**

O projeto teórico de Jürgen Habermas, ainda que organizado como um corpo diversificado de abordagens metodológicas e de fragmentos temáticos ao longo de seu desenvolvimento, aponta para a persistência de uma sólida disposição, sempre presente em seu percurso intelectual, de constituir um modelo de teoria crítica por um contínuo esforço de reconstrução teórica da sociedade (HABERMAS, 1997, p. 21).

Tal esforço, assemelhando-se analogamente aos pressupostos analíticos das competências linguísticas que postulam que, para realizar o pleno uso da linguagem, uma fonte discursiva deva ser igualmente capaz de dominar e operar um conjunto de regras e estruturas gramaticais, disporia o reconstrutivismo analítico das sociedades como uma compreensão crítica dos fenômenos sociais a partir das regras e das estruturas que fundamentariam os princípios organizacionais das sociedades. Não havendo esta capacidade de comunicação plena, um discurso poderia ainda ser proferido, mas sem a garantia da compreensão social de seu significado, do mesmo modo em que uma reflexão sobre a realidade social poderia ser desempenhada, mas sem a garantia da compreensão crítica de sua síntese histórica para além de sua manifestação fenomenológica. Tanto quanto uma fonte discursiva na composição de sua mensagem, o pesquisador social poderia então interpretar a realidade por sua estrutura relacional, compreendendo as particularidades e contradições de sua constituição histórica (HABERMAS, 2013, p. 37-42).

Traçando um marco diferencial da teoria crítica clássica, a proposta reconstrutiva de Habermas não mais assentaria a orientação emancipatória de seu modelo de análise sobre a aporia da dialética do esclarecimento como primeiramente constatada por Theodor W. Adorno e Max Horkheimer, em que a crítica da razão instrumental estaria estruturalmente impossibilitada pelos próprios limites da racionalidade moderna. Dispondo-se de modo autorreflexivo, a reconstrução habermasiana da compreensão materialista da história partiria então do questionamento dos motivos pelos quais a racionalidade diagnosticada em *Dialética do Esclarecimento*, ao invés de constituir formas de organização social cada vez mais permeadas de igualdade e liberdade entre os seres humanos, teria justamente fundamentado a constituição de uma forma hegemônica de sociabilidade tão mais autônoma quanto usurpadora das possibilidades de emancipação, contradizendo a razão não só como arauto do conhecimento, mas também como o pilar da modernidade enquanto projeto social arquitetado pela filosofia iluminista.

Em convergência com as contribuições centrais de Adorno e de Horkheimer, Habermas reverbera o diagnóstico de que a racionalidade instrumental teria adquirido maior autonomia na determinação política das organizações sociais contemporânea, estendendo sua crítica à regulação estatal das economias de mercado e à consequente reificação da racionalidade científica pelo engendramento de formas corretivas das contradições produtivas tipicamente capitalistas, propelindo a capacidade e as possibilidades de superação da lógica capitalista de sociabilidade para além dos domínios humanos. Localizando a questão emancipatória em detrimento dos limites intrínsecos da racionalidade instrumental, Habermas argumenta, porém, que seu modelo reconstrutivo de teoria crítica permitiria o assentamento de comportamentos críticos não pelas limitações de uma racionalidade única, unidimensional, que demonstrou-se antinômica, contraditória a seus propósitos normativos, mas por uma racionalidade que possibilitaria, por critérios sociais de validação, a fundação de sociabilidades alternativas pela práxis do consenso e do entendimento mútuo, por uma racionalidade comunicativa que, sendo uma síntese apartada das imposições sistêmicas do capitalismo, poderia reorientar tanto o caráter crítico quanto emancipatório das formas de produção e reprodução do mundo social (HABERMAS, 2000, p. 110, 413; 2002, p. 104-106; 2012a, p. 657-665).

A teoria reconstrutiva de Habermas poderia ser diferencialmente caracterizada, portanto, por sua disposição em reconstruir as bases epistêmicas e metodológicas da teoria crítica em conjunto com um método de apreensão dos fenômenos sociais que não parte e que não se limita normativamente à busca filosófica da emancipação, mas que pretende-se ancorada à objetividade histórica por meio de uma práxis comunicativa orientada à superação da estrutura social capitalista e de seus obstáculos sistêmicos à emancipação humana (HABERMAS, 2012b, p. 689-714). É este o sentido compreendido pelo qual a reconstrução do materialismo histórico através modelo habermasiano de teoria crítica vislumbraria a possibilidade de deslocamento da análise das relações de produção no cerne da crítica da economia política em favor de interações simbolicamente mediadas.

Ao reconhecer que a análise da produção das condições materiais de existência social sob o capitalismo seria fundamental à compreensão do estado de reificação das relações sociais, ou, em síntese, que a análise do capitalismo em sua forma contemporânea seria essencial à crítica das determinações que transformariam em coisas as relações sociais, Habermas situa na crítica à razão reificada e em sua superação a condição primária para a exploração de potenciais emancipatórios pela teoria social contemporânea.

O contraste que diferencia os propósitos da teoria comunicativa habermasiana da possível, ainda que infinitamente distante emancipação vislumbrada no clássico diagnóstico da dialética do esclarecimento, ao mesmo tempo em que abandona a filosofia da história, preserva, não obstante, um vestigial idealismo em sua normatividade. É que, alegando que a administração estatal dos mercados teria corrigido as contradições capitalistas, removendo da dialética entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção a motricidade revolucionária da luta de classes, Habermas pressupõe também uma leitura de que, não fosse este paliativo, haveria ainda uma força no desenvolvimento do modo de produção capitalista capaz de suprimir as injustiças e desigualdades geradas pela manutenção da propriedade privada dos meios de produção.

Que força seria esta?

A alusão a uma leitura muito particular dos escritos de Marx e Engels na análise do capitalismo do século XIX e, de modo mais detido, na constituição do materialismo histórico enquanto método de compreensão e de análise da realidade social, apresenta-se aqui de modo central no paradigma comunicativo habermasiano, levantando também muitas questões sobre seu potencial de contraposição às contradições lógicas do capitalismo. Se, na teoria marxista, o antagonismo de classes atingiria o limite em que a extinção da propriedade privada seria a única solução para os conflitos sociais, para Habermas, dadas as intervenções do Estado na administração destas mesmas contingências, este antagonismo não teria mais lugar, já que a exploração do trabalho em meio às relações de produção já não mais seria o princípio de sociabilidade vigente.

Teriam sido as contradições produtivas e sociais do capitalismo superadas?

A ingenuidade de tal afirmação não ocorre de modo tão simplório e generalista ao projeto habermasiano como para alguns outros autores que também produziram formulações teóricas sobre o mesmo período, mas, ao não identificar na exploração do trabalho a centralidade categórica para a análise teórica e crítica do capitalismo em sua forma contemporânea, Habermas retira o peso das forças produtivas e das relações de produção na determinação das formas de sociabilidade para fundamentar uma nova dimensão na evolução histórica das sociedades, nuclearmente centrada no aspecto interativo e intersubjetivo das relações sociais. Assim, os problemas sociais gerados pelo capitalismo não estariam estruturalmente atrelados à apropriação privada das riquezas socialmente produzidas pela exploração do trabalho humano, mas nas mediações simbólicas que legitimariam a persistência reprodutiva da lógica capitalista de produção.

Tais mediações simbólicas seriam, por sua vez, produzidas através de formas linguísticas, de conjuntos semânticos e cognitivos geracionalmente construídos, legados, herdados e reconstruídos pela aprendizagem social e que, por meio da ação orientada pelos pressupostos próprios da razão e da ação comunicativa, possibilitariam o desbloqueio de potenciais emancipatórios da humanidade (HABERMAS, 2002, p. 90-98; 2012b, p. 681-689).

Longe de alegar que as condições para a emancipação humana já estariam efetivadas ou já não seriam mais possíveis pelo estado atual das relações sociais sob o modo de produção capitalista, o que Habermas argumenta é que os comportamentos críticos necessários à transformação social que teriam se alterado. A luta de classes sustentada pelo antagonismo de interesses políticos já não mais se constituiria como o palco de desenvolvimento histórico das sociedades industriais e, assim, os potenciais emancipatórios só seriam passíveis de alcance pelo enfrentamento da razão instrumental, transferindo o poder de determinação das relações sociais, da organização da vida social e da produção de condições materiais de existência social das formas reificadas de sociabilidade para as formas comunicativamente estruturadas (HABERMAS, 1983, p. 126).

É este também o modelo crítico projetado por Habermas sobre o materialismo histórico, o de reconstruir seus potenciais de apreensão e de análise da realidade social ao mesmo tempo em que, não constatando mais nesta realidade a existência de relações econômicas e políticas sobre as quais se estruturariam as classes sociais, teria seu sentido orientado a identificar, em aspectos ontológicos e ontogenéticos de cognição e comunicação intersubjetiva, os pressupostos de uma práxis capaz de dar continuidade aos movimentos históricos de transformação social. E é ainda sobre as insuficiências deste sentido reconstrutivo que este estudo se debruça criticamente. Sendo a linguagem, a cognitividade e a compreensão semântica fenômenos dialeticamente sintetizados na produção das condições materiais de existência social dos indivíduos, não estariam também fadados a reproduzirem as limitações das interações humanas estruturadas sobre a reificada sociabilidade capitalista? Se, para Habermas, a sociabilidade tardia do capitalismo teria sustentação sobre a legitimação linguística responsável por produzir e reproduzir contínua e dialeticamente as relações sociais, não seriam então a razão e a ação comunicativa comportamentos tão instrumentalizados quanto as relações sociais em que estão inseridos e, por isso, tão tautológicos, tão encerrados em sua lógica interna quanto as aporias da dialética do esclarecimento e a análise crítica da materialidade histórica das sociedades contemporâneas por meio da razão moderna?

Desponta, na sustentação de sua teoria reconstrutiva da sociedade, a contradição em que incorre Habermas ao inverter metodologicamente a relação dialética entre os aspectos materiais da realidade e a abstração destes aspectos pelo pensamento teórico, ou, de modo mais concreto, como Habermas, para explicar a sociabilidade tipicamente tardia do capitalismo enquanto sistema social, toma como ponto de partida analítico uma categoria que não pode ser pensada senão por uma condição idealizada, de algo pressuposto como imanente ao gênero humano e como o fundamento da evolução social ao longo das eras até o tempo presente, mas que, ainda assim, encontrar-se-ia como uma competência normativamente prevista, mas historicamente não realizada.

No esclarecimento desta inflexão é que os esforços de reconstrução do materialismo histórico e de sustentação da teoria comunicativa de Habermas são tomados sob análise. A intenção aqui apresentada não é, no entanto, a de desenvolver uma pesquisa interna deste intento por seus pressupostos próprios, mas a de confrontar a sustentação dos argumentos nele presentes com as insuficiências analíticas do pensamento teórico que Habermas alega superar, isto é, a de verificar a capacidade de justificação de um arranjo harmônico entre o modo de produção capitalista e as democracias liberais sob a égide de seu projeto intelectual em detrimento da persistência da crítica da economia política oportunamente descentrada da compreensão materialista da história em que estão forjadas as teorias da razão e da ação comunicativas habermasianas.

Neste sentido, as particularidades metodológicas e estruturais do estudo aqui apresentado, antes de proporem-se à leitura exegética do percurso intelectual de Habermas, circunscrevem, na medida em que as questões anteriormente apresentadas demonstram-se relevantes, à teoria social crítica da economia política e das sociedades cingidas econômica e politicamente pelo antagonismo dos interesses de classes.

Do mesmo modo, o intuito aqui pretendido não é o de fornecer uma definição imperativa de teoria social, nem sequer generalizá-la como todo e qualquer esforço que se debruce sobre a explicação da realidade histórica. O sentido aqui assumido pelo entendimento de teoria social parte, portanto, de uma disposição que compreende a própria história como uma síntese de múltiplas relações que não são *sui generis*, que não são restritas a si mesmas, ou seja, uma disposição que compreende as relações sociais como partes compostas de muitas outras relações próprias de estudos das áreas da economia, dos estudos jurídicos, da psicanálise e enfim, de tantas outras disciplinas fragmentadas no ambiente acadêmico, ainda que voltadas à compreensão de uma mesma totalidade social.

Em outras palavras, compreende-se por teoria social uma análise teórica que, apesar das arestas disciplinares instituídas ao longo de seu desenvolvimento, sustenta em seu embasamento epistêmico e metodológico a concepção de que os fenômenos contidos na realidade social só podem ser apreendidos de maneira muito mais complexa do que tão somente a Sociologia, a Antropologia ou a Ciência Política - enquanto fragmentações teóricas, tanto por suas limitações quanto pela complexidade histórico-social e dentre tantas outras áreas de investigação -, seriam competentes a analisar dissociadamente.

Ademais, na medida em que as teorias sociais referem-se à análise das sociedades estruturadas sobre as relações de classe no modo de produção capitalista, referem-se também a questões de método que estão implícitas na compreensão materialista e dialética da realidade histórica, que pressupõem também a não diferenciação entre teoria e prática, ou, pelo menos, a não constituição da ação prática como finalidade de um esforço teórico, mas ao contrário, do esforço teórico abstrativo que parte *da e pela* prática e suas consequências materiais. Não obstante, são aqui considerados como teorias sociais os esforços teóricos que não separam, em seu método de investigação social, a realidade concreta da realidade teórica e que concebam, portanto, sua própria existência teórica como uma forma manifesta da realidade social, não se sustentando assim sobre as projeções lógicas de uma racionalidade puramente idealizada.

Sob esta perspectiva teórico-social, cujo legado Habermas defende dar continuidade em seu intento reconstrutivista, as orientações normativas presentes em sua teoria comunicativa incorrem em contradições ainda mais profundas. Quando defrontada com o esfacelamento do modelo de acumulação organizado sob o taylor-fordismo que, até então, conjuntamente com as políticas estatais de bem-estar social, fornecia uma aparente estabilidade social, política e econômica - ao menos nos países capitalistas avançados (HABERMAS, 2002, p. 47-56) -, como poderia a sociabilidade comunicativa representar a síntese de um comportamento crítico capaz de promover a superação de uma divisão social do trabalho tão mais capaz de produzir valor quanto de produzir desigualdades sociais quando, em razão das reestruturações produtivas, esta divisão teria se elevado a uma capacidade ainda superior de acumulação e, por consequência, de sintetizar desigualdades sociais, econômicas e políticas ainda mais extensas? Como poderia a sociabilidade comunicativa manter-se como um referencial emancipatório diante da afirmação e manutenção da estrutural incorrigibilidade da lógica de produção e de acumulação capitalista pelas vias formais das democracias liberais?

Se, por um lado, a lógica de sustentação das relações capitalistas de produção teria demonstrado sua incontestância pela regulação estatal, por outro, não teria também deixado de desenvolver novos modos de assegurar a recuperação de seus ciclos reprodutivos no atravessamento de crises. Em estreita relação, findado o compromisso estatal de administração das desigualdades sociais produzidas pelo capitalismo, tanto a concorrência entre as empresas na busca pela maximização de seus lucros quanto a inserção de novas técnicas e tecnologias na organização produtiva teriam possibilitado a flexibilização tanto dos processos de acumulação quanto das relações de exploração.

Neste panorama, as desigualdades sociais geradas pelo capitalismo não mais corresponderiam, necessariamente, às conseqüentes da exploração do trabalho vivo, mas poderiam também ser associadas a motivações prevalentemente externas à dimensão industrial como tradicionalmente concebida pela crítica da economia política, a exemplo da produção de serviços, conhecimentos, informações e outros bens imateriais que, justamente por serem bens produzidos pelo trabalho cognitivo, seriam de grandezas imensuráveis. Para Habermas, como para tantos outros autores de sua geração, esta questão fundamentaria a dissolução da divisão técnica do trabalho, transferindo para as faculdades comportamentais e cognitivas do raciocínio lógico e abstrato o papel antes desempenhado pelo trabalho vivo, manual e repetitivo na produção de riquezas.

Compondo novas formas de exploração da força produtiva proveniente dos seres humanos, a automação proporcionada pelas máquinas e técnicas de produção transformaria também as condições de sociabilidade e de desenvolvimento social. Reestruturadas as dinâmicas de produção e consumo pela transformação das relações predominantemente fabris, a exploração do trabalho assalariado perderia então sua centralidade diante das novas formas de empregabilidade e organização produtiva, esvaziando o potencial de transformação social pela superação estrutural das contradições do sistema capitalista pela luta de classes. Se antes a antagônica diferenciação econômico-política entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores configurava-se fundamentalmente pelas relações presentes na produção industrial de riquezas, o novo caráter abstrato e imensurável das riquezas produzidas teria então passado a diluir esta identidade de classe em regimes de maior integração e cooperação, constituindo o que Habermas considerou, dialogicamente em crítica às obras de Claus Offe e André Gorz, e em consideração à perda da capacidade persuasiva da abolição do trabalho pelo socialismo utópico, como a domesticação social da lógica capitalista (HABERMAS, 1987, p. 105-112).



As dinâmicas de desenvolvimento e inserção de novas tecnologias produtivas, de gestão e de organização do trabalho nas relações de produção, como analisadas por Marx em excertos dos *Grundrisse* e d'*O Capital*, poderiam, de fato, diminuir a quantidade de trabalho necessário à produção de uma mesma quantidade de riquezas, mas não supririam, de modo algum, a necessidade de exploração do trabalho na produção de excedentes, na extração de mais-valia e na objetivação de novos capitais (MARX, 2011, p. 699). Como ainda aponta Marx, o desenvolvimento das relações de produção pela transformação das relações de exploração, seja no chão da fábrica ou nos setores comerciais e de serviços, não significaria a necessária emancipação do trabalho como elemento sociabilizante, mas sim sua reafirmação como meio de subjugo, como forma de opressão econômica e política das individualidades em favor da sociabilidade capitalista (MARX, 2013, p. 572-573).

Na sustentação de um prognóstico crítico idealizado sobre meios de socialização já emancipados, Habermas parece ignorar as insuficiências reconstrutivas de seu paradigma comunicativo. Quando confrontadas com as pressupostas superações das deficiências do chamado paradigma produtivo, as teorias habermasianas da ação e da razão comunicativa demonstram-se frágeis na defesa das interações simbolicamente mediadas como categorias substitutivas da crítica da economia política. Como pretende-se explicitar mais detalhadamente nas conclusões a seguir, a afirmação de que as categorias analíticas da compreensão materialista da história e da crítica da economia política poderiam ser reconstruídas por meio de uma dimensão comunicativa, cognitiva e intersubjetiva de sociabilidade sem a necessária revolução das condicionantes econômico-políticas - isto é, das relações de propriedade e de produção na constituição de uma sociedade substantivamente democrática tanto em suas dimensões produtivas quanto participativas da vida política -, apresenta um déficit em sua argumentação, que é, pontualmente, a concepção de comportamentos criticamente orientados sem sua devida fundamentação nas instâncias interrelacionais da vida social e da concretude histórica.

#### **4. Conclusão - uma breve síntese do reconstituvismo habermasiano**

Destarte, é possível considerar que, na leitura habermasiana, a teoria comunicativa não se apresenta propriamente como uma forma de negação ou de contradição à crítica da economia política pela análise materialista e dialética da história, mas como uma possível complementação reconstitutiva de modelos críticos emancipatoriamente orientados já concebidos. Ao extrair da dialética entre forças produtivas e relações de produção uma teoria da evolução social pautada pela dimensão comunicativa, Habermas pretende demonstrar que, apesar de econômica e politicamente dependentes em sua constituição, manutenção e expressão na realidade, as tradições culturais e as transformações institucionais objetivadas no cerne das reestruturações produtivas do capitalismo tardio passaram a desempenhar um papel de maior proeminência no desenvolvimento social das sociedades do que o pensamento marxista poderia ter diagnosticado ao longo de suas múltiplas e variadas análises históricas (HABERMAS, 1983, p. 14; PINZANI, 2009, p. 72-73).

A pretensão apresentada por Habermas não significa apenas que, na crítica da economia política, os fenômenos superestruturais teriam se autonomizado em relação aos infraestruturais, desfazendo o vínculo dialético da apreensão materialista histórica, mas que esta mesma dialética teria se realocado, na realidade social, em outras formas de afirmação do gênero humano que não as diretamente pertinentes nas relações de produção. Tais formas de objetivação do relacionamento social entre os indivíduos teriam então passado a ser condicionadas pelas particularidades recorrentes da evolução histórica da humanidade, ao que os elementos constitutivos de seu progressivo desenvolvimento estariam situados nas crises institucionais e nos esforços de superação destas crises.

Desta forma, o que Habermas aponta por seu diagnóstico, ainda que indiretamente, é que a regulamentação das instituições normativas do direito e da moralidade pelas democracias capitalistas no Estado de bem-estar social teriam realocado os mecanismos de condicionamento político. Antes localizados nas relações de produção, estes mecanismos teriam migrado para a dimensão comunicativa das relações sociais e, assim, as possibilidades de constituição de comportamentos críticos orientados para a ação emancipatória, outrora vinculadas às lutas de classe e à emancipação do trabalho, estariam agora situadas nas estruturas de produção de consensos normativamente sustentados e socialmente validados (HABERMAS, 1983, p. 14-21; 2002, p. 45).

A vinculação de seu modelo crítico de paradigma comunicativo a uma filosofia da práxis recorreria então à consideração de que, no tecido social contemporâneo, a disputa classista pela garantia de interesses econômico-políticos teria cedido sua centralidade à formação individual de personalidades dentro dos limites mediativos da linguagem e da ação como formas de interação e aprendizado social (HABERMAS, 1983, p. 24-25). Os movimentos necessários à transformação social, deste modo, não teriam como palco o embate entre diferentes projetos de sociedade ideologicamente orientados, como anteriormente explicitado pela crítica da economia política, mas o processo formativo de consciências morais integradas às realidades naturais e sociais em que cada indivíduo estaria situado durante sua vivência e ao longo de seu desenvolvimento intelectual, econômico e político, isto é, os diversos processos de socialização tão potencializados quanto confinados pelo nível de integração sistêmica dos indivíduos ao restante do tecido social.

Em reciprocidade à formação identitária dos sujeitos históricos, não mais concebíveis enquanto sujeitos e agentes de uma determinada classe social - indivíduos determinados e determinantes do desenvolvimento das relações de produção -, o que Habermas propõe por sua teoria reconstrutiva é a elaboração de um modelo crítico capaz de questionar não só a formação histórica das individualidades, mas também da própria identidade de uma organização social. Assim, por meio dos processos de aprendizagem e de superação de crises sistêmicas, tanto os indivíduos quanto os sistemas sociais teriam seu aperfeiçoamento orientado por um contínuo arcabouço de referências comunicativas, socialmente mediadas para além do paradigma produtivo, sustentado pela intervenção cíclica dos Estados e pela estetização cultural dos conflitos sociais, que orientariam a ação individual por uma moral discursiva, democrática e socialmente validada. Nesta realidade, o entendimento, o consentimento social e mútuo seriam as chaves emancipatórias na fundamentação de relacionamentos que possibilitassem a superação da sociabilidade tipicamente capitalista (HABERMAS, 1983, p. 138-148, 152-153; PINZANI, 2009, p. 75-76).

Apesar de preconizar a descentralização da dialética entre as relações de produção e as forças produtivas em função de um paradigma analítico alternativo, por mais que Habermas tenha desempenhado um esforço em contraposição às teses estéticas dos fenômenos culturais, às triunfalistas do fim da história pela autonomização cada vez maior da sociabilidade capitalista e às filosóficas da pós-modernidade, sua proposta comunicativa em muito pouco contribui com a recuperação da práxis nas teorias sociais contemporâneas.

A idealização normativa do consenso e do entendimento mútuo mediados pelas instituições democráticas em simbiose com a lógica produtiva e social capitalista até poderia, de fato, constituir-se como um prognóstico concretamente assentado sobre um modelo crítico de comportamento emancipatoriamente orientado caso a realidade social contemporânea fosse outra que não a movida pela finalidade primeira de produção, reprodução e valorização do capital. As incursões comunicativas, ao fundamentarem seus pilares reconstitutivos sobre a crítica da insuficiência das teorias sociais clássicas, nada mais fazem do que confirmar que as disputas de interesses econômicos e políticos entre os proprietários dos meios de produção e os proprietários de nada senão de sua própria força de trabalho ainda fundamentam a sociabilidade contemporânea, mesmo que dissimuladamente pelas contínuas reestruturações produtivas e dos modos de vigência do valor.

Ilustrando a impossibilidade de equacionamento das democracias liberais às contradições produtivas do capitalismo e aos conflitos sociais ainda latentes dos processos civilizatórios das sociedades de classes é que o próprio Habermas teria se questionado se sua teoria comunicativa, ao postular o consenso como um meio progressivo de desenvolvimento e evolução social, não estaria “*prestes a cair no ridículo*” (HABERMAS *apud* BENSÁID, 2008, p. 11).

Pretendendo-se como um possível meio de resolução dos conflitos sociais absorvidos burocraticamente pelos aparelhos estatais, o projeto habermasiano justificaria assim a constituição de uma sociedade emancipada pela razão e pela ação comunicativa. Considerando, no entanto, que o estatuto tardio do capitalismo, enquanto sistema social, teria assim se caracterizado por sua capacidade de internalizar até mesmo suas próprias contradições estruturais para sua perpetuação, o que restaria aos sujeitos históricos senão contestar a legitimidade de suas próprias razões e ações em sua vivência cotidiana?

Por mais que tente se colocar como um esforço de superação paradigmática e de renovação dos horizontes emancipatórios pela refundamentação interna do método crítico da economia política, a reconstrução do materialismo histórico e sua síntese enquanto teoria comunicativa não concebe uma forma objetiva de enfrentamento das transformações históricas pelas quais as relações de produção reestruturaram-se. Ofuscando tais transformações, os procedimentos reconstitutivos de Habermas relegam a materialidade histórica a um segundo plano enquanto concentram-se em suas tensões mais imediatas em um nível fenomenológico, como sua reduzida expressão sob a forma dos movimentos sociais ou à formalidade dos partidos e sua representatividade política no jogo eleitoral.

Sustentando a irredutibilidade da luta de classes às identidades comunitárias, tanto quanto a insolubilidade das desigualdades sociais na harmônica discursividade comunicativa, a crítica aqui direcionada aos limites da teoria comunicativa habermasiana compreende que a sublimação das relações de classe à formação subjetiva das individualidades, ao buscar a idealizada emancipação genérica da humanidade, não representa senão a ingênua conciliação ideológica das teorias sociais com o desenvolvimento das contradições capitalistas e suas relações de dominação legitimadas pela dimensão meramente formal das democracias liberais.

Explicitando esta ingenuidade, sintetiza Daniel Bensaïd em *Os irredutíveis*:

Enquanto os sujeitos consensuais da comunidade comunicacional ideal aparecem como anjinhos etéreos e ectoplasmas sem emoções nem paixões, a língua é um lugar em que os “falantes” se enfrentam: o discurso peremptório dos dominadores e a palavra subalterna dos dominados. “O agir comunicacional” não escapa dos conflitos e das relações de força. Há palavras que ferem e palavras que matam (BENSAÏD, 2008, p. 44).

Em conclusão, a leitura dispensada por Habermas ao materialismo histórico revela que seu modelo crítico, sendo apenas uma resposta descritiva ao mecanicismo e determinismo dos fenômenos econômicos e políticos presentes nas relações de produção (HABERMAS, 1983, p. 123-128), denota-se como uma propedêutica às passagens evolutivas da humanidade ao longo das formas genéricas de conflitos, movimentos e choques políticos, tal como hoje teria enquadramento a luta de classes no capitalismo.

Por fim, compreende-se aqui que a reconstrução materialista da história na qual Habermas sustenta suas teorias da razão e da ação comunicativa é insuficiente tanto para diagnosticar o arrefecimento da luta de classes no estágio tardio do capitalismo em nome de formas exponencialmente reificadas de integração social quanto para sustentar um prognóstico construtivo de uma sociabilidade substancialmente democrática sem tocar na questão emancipatória do trabalho. A grande contribuição do paradigma comunicativo às teorias sociais contemporâneas seria, portanto e em detrimento de suas tantas limitações, o legado de sua sistematização analítica e hermenêutica da interface existente entre o desenvolvimento técnico e científico das forças produtivas, as formas morais de legitimação deste desenvolvimento em meio às relações de produção e as práticas individuais na fundamentação de interações sociais crítica e emancipatoriamente orientadas.

## 5. Referências bibliográficas

- ADORNO, T. W. *Palavras e sinais. Modelos críticos 2*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- ANDERSON, P. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* São Paulo: Boitempo, 2011.
- BENSAÏD, D. *Os irredutíveis*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- DUPEYRIX, A. *Compreender Habermas*. São Paulo: Loyola, 2012.
- FUKUYAMA, F. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GOULDNER, A. *The coming crisis of western sociology*. Chicago: Equinox, 1970.
- GIDDENS, A; TURNER, J. (Orgs.). *Teoria social hoje*. São Paulo: UNESP, 1999.
- HABERMAS, J. *Para a reconstrução do materialismo histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- \_\_\_\_\_. A nova intransparência: A crise do Estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 18, pp. 103-114, set. 1987. Disponível em: < <https://goo.gl/OCB4Pr> >. Acesso em 15 set. 2016.
- \_\_\_\_\_. *Direito e democracia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. Vol. I.
- \_\_\_\_\_. *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- \_\_\_\_\_. *A crise de legitimação no capitalismo tardio*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Teoria do agir comunicativo*. Vol. I. São Paulo: WMF: 2012a.
- \_\_\_\_\_. *Teoria do agir comunicativo*. Vol. II. São Paulo: WMF: 2012b.
- \_\_\_\_\_. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2013.
- HALL, S. Life and times of the first new left. *New Left Review*, Online, n. 61, January-February, 2010. Disponível em: < <https://goo.gl/CcVQBw> >. Acesso em 15 set. 2016.
- HOBBSAWM, E. J. *A Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995
- \_\_\_\_\_. *Pessoas extraordinárias - Resistência, Rebelião e Jazz*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- IANNI, O. A crise de paradigmas na Sociologia. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 32, 1991, pp. 19-215. Disponível em: < <https://goo.gl/h28kyQ> >. Acesso em 15 set. 2016.
- INGRAM, D. *Habermas e a dialética da razão*. Brasília: UNB, 1993.
- KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- LYOTARD, J. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.
- MARCUSE, H. *Ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- MARX, K. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- \_\_\_\_\_. *O Capital - Livro I*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- PARKER, I. *Revolution in psychology. Alienation to emancipation*. London: Pluto Press, 2007.
- PINZANI, A. *Habermas*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- SALLUM JR., B. O futuro das Ciências Sociais: a sociologia em questão. *Sociologia, Problemas e Práticas*. Oeiras, n. 48, 2005. Disponível em: < <https://goo.gl/AapCLy> >. Acesso em 15 set. 2016.